

Ex-ministros divergem sobre as receitas para a dívida externa

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O professor Mario Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda e membro do conselho de administração do Citicorp, fez ontem uma conta simples e chegou à conclusão de que o impacto sobre o orçamento fiscal de um abatimento de 50% no estoque da dívida externa com bancos credores privados — que ele estima hoje em torno de US\$ 50 bilhões, depois das deduções ocorridas com o processo de conversão — representaria um desafogo de apenas 1% do PIB na pressão sobre a geração dos cruzeiros necessários aos pagamentos externos.

Para o também ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, um esquema de abatimento de dívida nos moldes colocados por Simonsen poderia redundar em ganho de apenas 1,5% do PIB. O resultado, para ambos, seria insignificante, mas os caminhos que propõem para o País resolver sua questão de acerto externo são diametralmente opostos.

A visão do professor Simonsen é tradicional. Existe apenas uma saída: "Uma negociação com os bancos como tem sido feito, separando os credores em dois grupos, aqueles que querem sair do Brasil e aqueles que querem continuar no Brasil", resumiu ele, sugerindo que para esse segundo grupo sejam oferecidos os instrumentos já conhecidos, como conversão de dívida, troca por dívida nova com juro fixo ou principal abatido.

AJUSTE INTERNO

O Brasil precisa, segundo a receita Simonsen, desenvolver um grande esforço de ajuste interno que garanta ao País fontes de financiamento para novas oportunidades de investimento. Bresser reprisou ontem no seminário sobre A renegociação da dívida externa, realizado no Senado Federal, sua proposta mais recente.

De cara, propõe que seja cancelada uma fatia de 50% da dívida com os bancos, que desapareceria, portanto, dos registros do Banco Central. A outra metade, ele distribuiria da seguinte forma: 10% seria trocada por títulos de privatização, 20% o País pagaria em 30 anos e os restantes 20% seriam pagos a partir de um esquema montado em negociação com os bancos que se dispusessem a vir ao País as-



Mario Henrique Simonsen

sinar o novo acordo. Seria, portanto, uma proposta unilateral, tratada totalmente à parte do comitê assessor de bancos credores.

Bresser vai mais longe, e defende que o mesmo esquema seja tentado com as dívidas que o País tem junto às agências de financiamento dos governos credores do Clube de Paris. Na verdade, conforme ressaltou o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a dívida brasileira junto aos credores do Clube de Paris é ~~de~~ significativa, em torno de US\$ 17 bilhões, ou 15% do total da dívida.

CLUBE DE PARIS

"Os acordos firmados no âmbito do Clube de Paris foram limitados e insatisfatórios, sendo que o último acordo de 1988 não aproveitou os precedentes que já tinham sido abertos pelo próprio Clube de Paris e deixou de incluir a dívida já reescalada nos acordos anteriores", criticou Nogueira Batista Júnior, estimando entre US\$ 9 bilhões e 10 bilhões o montante dos compromissos reescalados nos planos de refinanciamento I e II da renegociação do Clube de Paris. O fato é que houve neste ano um encavalamento no vencimento de compromissos junto às agências oficiais de crédito que já estão fora dos prazos de reescalamento dos acordos anteriores. A previsão é de que entre juros e amortizações o Brasil deve àquelas agências uma conta elevada, de cerca de US\$ 3,5 bilhões.

Simonsen acha que o governo brasileiro está na direção certa, que, acredita ele, passa por "alguma redução de dívida", através de recompra, emissão de bonus de saída, além de conversão em investimento. Quanto à dívida do Clu-

be de Paris, acha apenas que é preciso inverter o sinal de fluxo, de forma que a relação volte a ser positiva, em favor do País.

CONVERSÃO DA DÍVIDA

O professor Luiz Fernando Victor, da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em história da dívida externa brasileira, não quer ouvir falar da conversão como alternativa para solucionar a questão da dívida, principalmente quando destinada ao processo de privatização de estatais. "É um crime de lesa-pátria, com o risco de perdarmos o patrimônio do Estado, sem que isso represente um só novo dólar ou um só novo investimento para o País", colocou ele, depois de ter feito no seminário um retrocesso sobre a composição da dívida externa do País, desde a época de Dom Pedro I.

O economista e ex-ministro do Planejamento, João Sayad, ouviu atentamente à exposição do professor Victor, embora defendendo posições menos radicais. Ele continua acreditando que a "dívida externa é o nó gordio, o problema número um da estabilização econômica", mas acha que há margem de manobra significativa a partir do reconhecimento do próprio mercado internacional de que a dívida não pode ser paga pelos valores originais.

SETOR PÚBLICO

Sayad fica no meio termo: "A nível do setor público, não se pode gerar tantos cruzeiros quanto são necessários para pagar a dívida externa, mas também não podemos deixar de pagar a dívida", disse ele, sem apresentar uma

proposta concreta e definitiva para o problema.

Os expositores que participaram da mesa-redonda O processo de endividamento, pela manhã — Simonsen, Sayad, Bresser e Victor — apresentavam contrastes em suas posições, mas não houve elogios ao plano de refinanciamento acertado no final do ano passado entre o México e os bancos credores. O ex-ministro Bresser Pereira chegou a estimar em apenas de 6 a 10% o nível efetivo da redução líquida do estoque da dívida com os bancos daquele país: "A estratégia adotada pelo México deixa o País em um fio de navalha, com perdas de reservas e valorização cambial", disse ele, condenando o estilo que procura sustentar o ajuste apenas na base de um discurso de confiança.

O mesmo não pensa o emissário do governo mexicano, Sergio Fadel Kuri, diretor-geral de crédito externo que representou o ministro da Fazenda do seu país no seminário. Para ele, o México só tem colhido bons resultados depois do acordo celebrado com os bancos e que permitiu reduzir para menos de 2% do PIB as tranferências externas que antes representavam cerca de 4% do PIB.

Batista Júnior chamou a atenção para a oportunidade do momento que considera bom para que o Brasil possa romper "com os equívocos do passado", sem o pagamento prematuro de juros ou autorização a esquemas de conversão que atraem os bancos. Ele, no entanto, já passou pelo governo e sabe, como bem colocou, que a renegociação da dívida externa "depende de decisão política".